

O RURAL E O URBANO EM INTERAÇÃO

Cristina Maria Macêdo de Alencar*

Maina Pirajá Silva**

Esta revista, *Cadernos do Ceas*, no seu número 211, publicou o artigo *Ruralidade Metropolitana* (ALENCAR, 2004), trazendo uma perspectiva crítica à dicotomia rural/urbana que se inseria em consensos teóricos que formularam a noção de ruralidades cujos vetores epistemológicos em interação possibilitaram apreender a realidade como campo de coexistências.

Diversos outros autores, nacionais e internacionais, como Ricardo Abramovay, Henri Lefebvre, Milton Santos, Carlos Brandão, Ana Fani Carlos, Sérgio Schneider, Elena Saraceno, Ângela Maria Endlich, Luciano Concheiro, Octavio Ianni, Roberto Moreira, João Rua, Maria Encarnação Sposito, Júlio Suzuki, José Eli Veiga, Maria José Carneiro e Maria de Nazareth Wanderley também trouxeram, em seus estudos, visões críticas e analisaram o rural e o urbano como conteúdos das representações sociais que se constituem na cotidianidade dos atores sociais ou como configurações sócio-históricas de mundo por sujeitos sociais concretos. O professor Milton Santos (1993), por exemplo, aborda que o rural e o urbano não são realidades isoladas e independentes. São integrantes de um todo que mantêm relações entre si, bem como apresentam conteúdos que os tornam comuns, mas não os demudam em uma homogeneidade. Para Henri Lefebvre (1978), o rural e o urbano não podem ser diferenciados apenas por meio dos seus aspectos funcionais, abordagem compatível com a perspectiva de que é necessário ponderar o conteúdo social que baliza cada espacialidade, ao que Wanderley (2001) denomina peculiaridades ou espaço específico e diferenciado, que na modernidade configura poderes assimétricos (MOREIRA, 2012).

* Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: cristina.alencar@pro.ucsal.br

** Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e do curso de Geografia na Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: maina.silva@ucsal.br



As formulações sociológicas do rural e do urbano seguem em resignificação, incorporando o fenômeno da vida e a cultura com legitimidade para interpretações científicas interdisciplinares pelo pensamento complexo, que inclui conhecimentos filosóficos, religiosos, das culturas populares, entre outros. Assim é que as interações entre o rural e o urbano vão, gradativamente, adensando a configuração de um campo de estudos interdisciplinares e complexos, que desvendam gérmenes de questões agrárias, questões ambientais, questões urbanas e questões cidadinas invisibilizadas por perspectivas teóricas de desenvolvimento urbano-industrial do capitalismo que, por reconhecerem a tendência de expansão do capital com transformações de relações e espaços não capitalistas de modo homogeneizante, substituíram a dinâmica da vida pelo postulado teórico e a tendência por inexorabilidade.

Por certo, as imbricações entre conhecimento científico, visões de mundo e luta política e ideológica, próprias daquela década de 1970 que a teoria crítica humanitária elucidava e denunciava, apontavam processos de assimilação cultural decorrentes da grande polarização entre capitalismo e comunismo como processo de dominação econômica e política observada em escala macro. Nessa escala, para as sociedades capitalistas, postulava-se o processo de proletarização generalizada, o equivalente socioeconômico da assimilação cultural, ambos com destacada visibilidade nos grandes centros urbanos em que, até mesmo a condição cidadina, contemporaneamente traduzida pelo direito à cidade, se subordinava ao denominado desenvolvimento urbano.

Na introdução do livro *De lo rural a lo urbano*, cuja primeira edição foi publicada em 1970, Henri Lefebvre problematizou as transformações da sociedade capitalista de tal modo que seus questionamentos continuam produzindo lacunas de pesquisa que os artigos trazidos nesse dossiê ilustram como relevância científica, mas também como relevância humanitária em termos de construção sócio-histórica que conecta, contraditoriamente, a vida camponesa e a sociedade industrial e a urbana.

La era urbana no hace desaparecer por encantamiento o desencantamiento las contradicciones y conflictos de la era industrial. Esta última no consigue tampoco abolir los conflictos y contradicciones de la era anterior. Y quien dice conflicto dice problemas y "problemática". Los problemas o se resuelven, o destruyen el contexto en que se plantean.

Las cuestiones que la agricultura y los campesinos plantean en el mundo o serán resueltas, o bien este mundo se resquebrajará. Y lo mismo ocurre con la era del predominio industrial, sus conflictos, sus contradicciones. La

ciudad, su estallido, la sociedad urbana y “lo urbano” en emergencia, superponen sus contradicciones a las de la era industrial y la era agrícola. De ahí, un nudo poco extricable, y una problemática sumamente compleja. ¿Qué contradicciones pueden pretenderse motrices del crecimiento y el desarrollo, es decir, eventualmente destructoras? Todas. Las de lo urbano por ejemplo el conflicto entre integración y segregación, entre las formas de centralidad (entre la centralidad como forma y sus contenidos), entre lo urbano y el Estado, no traen la neutralización de las contradicciones dimanantes de las relaciones de producción capitalistas (entre propiedad privada y socialización del proceso de producción, entre proletariado y burguesía). Por el contrario, las agravan, dificultan más aún su solución. (LEFEBVRE, 1978, p. 12).

Nesse sentido, na questão do desenvolvimento, a atual etapa de produção capitalista reflete nas relações sociais que assumem novos significados em relação à ocupação e ao uso dos territórios. Novas discussões sobre ruralidade e urbanidade, nessa perspectiva, envolvem a concepção das questões culturais e de identidade social, de percepção e representação, que desprende a compreensão do rural e do urbano das suas bases físico-espaciais e atentam para o modo como os indivíduos ou grupo de indivíduos estabelecem suas relações de vivência e conflitualidade, em representações simbólicas e de heterogeneidade de sentidos experienciados na cotidianidade.

Nesses territórios, contradições e conflitos continuam sendo produzidos e reproduzidos, mas não sem luta e resistência. Na escala micro, das formações socioeconômicas, processos reativos de configuração socioespacial continuam a reproduzir problemáticas como constatado por Darci Ribeiro (1979) ao tratar da integração das populações indígenas no Brasil moderno:

Com efeito, de todos os grupos indígenas sobre os quais obtivemos informação fidedigna, podemos dizer que não foram assimilados à sociedade nacional como parte indistinguível dela. Ao contrário dessa expectativa, a maioria deles foi exterminada e os que sobreviveram permanecem indígenas: já não nos seus hábitos e costumes, mas na autoidentificação como povos distintos do brasileiro e vítimas de sua dominação. (RIBEIRO, 1979, p. 8).

E assim, a heterogeneidade e a diversidade resistem à homogeneização pelo capitalismo e pelo desenvolvimento urbano-industrial produzindo transfigurações étnicas, como denominou Darci Ribeiro, que conformam territorialidades autoidentificadas por meio de relações sociais cotidianas e plurais, e dinâmicas históricas e culturais de indivíduos que

produzem seus territórios. Neste dossiê, o artigo sobre o caso do território indígena do Massacará, em Euclides da Cunha, na Bahia, de autoria de Alfons Heinrich Altmicks, problematiza a importância do território na consubstanciação da identidade indígena Kaimbé, um olhar para a micro escala a partir de dicotomias que o autor denominou urbanidade rural e ruralidade urbana, conforme elaborados pela população local. Os Kaimbé tiveram que aprender a lidar com modelos culturais e institucionais, que não os seus próprios, e, por conseguinte, trouxeram mudanças que impactaram os seus modos de vida e produziram certa autoidentificação, relacionando-se com o universo não indígena.

De tal modo, o mundo rural ressurgem na categoria teórica e política dos povos e das comunidades tradicionais — que veem seus territórios e a relação com a natureza como condicionantes para a sua (re)produção histórica, cultural e econômica empregando conhecimentos e práticas geradas e conduzidas pela tradição —, sem que a industrialização ou a urbanização tivessem conseguido fazê-lo desaparecer por extermínio ou por assimilação sugestivos de acontecer pelo êxodo de jovens rurais. Rosemeri da Silva Madrid e Margarete Lesina Lopes Gonçalves trazem outra evidência de resistência à assimilação urbano-industrial, dessa vez por remanescentes da comunidade tradicional do quilombo do Ibicuí D'Armada, em Sant'Ana do Livramento, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, um processo de resistência e perenidade das famílias, e destacando o elevado êxodo rural dos jovens negros, possível de ser apreendido pelas teorias do Bem Viver e das capacitações em sua extrema riqueza cultural e histórica própria, que, embora sejam potencialmente inovadoras em termos de desenvolvimento rural, cultural, social e humano, encontram-se à beira de mais um extermínio civilizatório.

A autoidentificação que atravessa as inúmeras expressões rurais ou de ruralidades, mesmo com conteúdos individuais, que constituem os alicerces sobre os quais se acomodam as formas de legitimação dos valores e da cultura, conforma coletivos através das experiências de resistência, de vivência contrarrestante ao urbano-industrial e pelo direito às conquistas cidadinas sob a perspectiva camponesa. É o que nos traz o artigo de Paula Adelaide Mattos Santos Moreira, apreendido pelo olhar teórico da abordagem territorial, quer como processo de desterritorialização por migração forçada, quer por reterritorializar-se ao tentar reproduzir, nas cidades, o modo de vida camponês, atrelada à sua imperativa relação com a terra, o trabalho, em sua estrutura familiar. A autora tematiza a problemática como *O direito à moradia nas cidades sob a perspectiva camponesa: uma reflexão através da resistência*

individual e em grupo, trazendo os casos de um camponês que migrou para a cidade de Itajubá, em Minas Gerais, e que lutou para nutrir seu modo de vida camponês, e o de um conjunto de camponeses que se insere num grupo social que luta por moradia no contexto da capital baiana — caso típico de ruralidade metropolitana, embora não teorizado nessa perspectiva.

A condição de conhecimento, comunidade ou modo de vida tradicional faz transcender a relação direta com a natureza não humana, cerne da identidade rural na categoria do rural como categoria heurística relacional ao urbano, pela imanência do espiritual na natureza inteira, como ocorre com as comunidades de Santo Amaro. Entretanto, embora sejam assim identificadas as comunidades de Santo Amaro, no Maranhão, o artigo de Michelle Santos Rocha e Itaan de Jesus Pastor Santos traz a análise do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2018, sob o discurso do desenvolvimento para as comunidades afetadas. Dar-se-ia mais um extermínio, mas, dessa vez, da diversidade como complexidade ao alterar os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, visando o turismo na região e “fazer justiça com as comunidades que precisam de equipamentos públicos básicos”. Os autores examinam o paradoxo de, por um lado, haver efeitos danosos em que terras públicas de unidades de conservação de proteção integral venham a constituir um mercado de terras para o mercado imobiliário e, por outro, que, através do diálogo com as comunidades, seja possível uma nova perspectiva de desenvolvimento em comunidades por acesso a melhorias, mas a partir dos seus referenciais.

As interações entre o rural e o urbano, de fato, possibilitam um planetário de configurações e transfigurações socioterritoriais favoráveis tanto de modo desigual quanto desigual é a configuração das classes sociais e das relações estabelecidas entre sociedade e natureza. Na base dessa desigualdade social estão populações fundantes do rural brasileiro, cuja condição de classe social é condicionada por suas identidades étnicas na formação da população brasileira, quais sejam os povos nativos, os europeus colonizadores, os africanos e os imigrantes europeus e asiáticos.

Os autores Julie Lourau e Jeremias Pereira Pinto, embora não problematizem as ruralidades nas etnias, discutem o racismo no Brasil como matrizes culturais, diversas e distintas, ricas e complexas, no ordenamento jurídico brasileiro, que coloca as populações negra e indígena numa condição de seres humanos inferiores. Novamente emerge o processo de resistência se contrapondo ao pensamento racista através de movimentos que

surgiram em contraponto à condição em que foram submetidos os negros. A esfera das ações afirmativas, a exemplo da Lei nº 10.639/2003 e do Estatuto da Igualdade Racial/2010, é considerada como modo efetivo de resgatar a história da cultura afro no Brasil, garantindo-lhes os direitos negados durante mais de quatro séculos. Do mesmo modo, o conhecimento científico e a absorção do desenvolvimento como industrialização e urbanização estigmatizam o rural em geral e o rural étnico como inferiores ao urbano-industrial.

Dentre as problemáticas mediadoras de interações entre o rural e o urbano está a moradia; há um quase esquecimento de que as populações rurais também habitam em moradias tão expressivas de suas peculiaridades quanto os são as moradias urbanas, peculiaridades essas tão marcantes quanto opostas, e unificadas enquanto objeto de luta por direitos; e novamente, a resistência, mas também as sociabilidades. A sociabilidade primária, as relações face a face são, consensualmente, características sociológicas de modos de vida rural. No extremo oposto, Liliane Vasconcelos de Jesus nos traz *A cidade murada: interdição e medo* como uma perda dessa sociabilidade, embora não a problematize como primária e constitutiva de ruralidades. Mas é exatamente “o trato, a convivência com o concidadão” que a autora vê esvaír-se no cotidiano citadino do mundo contemporâneo, com o pacto de convívio em declínio, examinando o processo nas “imagens de convivência presentes na cidade de Salvador representadas pela literatura e pelo cinema contemporâneo”. Nas películas *A rainha do Cine Roma*, de Alejandro Reis (2010), *Salvador negro rancor*, de Fábio Mandingo (2011), *Ó pái, ó*, de Monique Gadenberg (2007), e *Estranhos*, de Paulo Alcântara (2009), a cidade de Salvador é retratada por medos e enclaves contemporâneos. Ao invés da solidariedade e dos afetos humanos que estariam nos espaços públicos da cidade, vê-se “crueldade, miséria e barreiras à ampla convivência entre os diversos segmentos da sociedade”.

Sociabilidade e moradia estão fortemente informadas pela vida urbana, e as condições precárias de vida recolocam a sociabilidade primária na pauta das lutas por moradia. No artigo *As mulheres e luta por moradia*, de Francisco Canella, discutem-se as práticas associativas em lugares bastante distintos e distantes: Florianópolis (Brasil) e Lisboa (Portugal). O autor analisa transformações de base local, novamente à escala micro, decorrentes das lutas por moradia, em que as mulheres e as práticas associativas são traços comuns aos processos de reconfiguração territorial por que passam suas populações entre a

conquista da moradia e a consolidação de uma nova forma de produzir as suas condições de existência no bairro.

Os dois últimos artigos da coletânea mudam a instância social onde se daria o processo de resistência reivindicatória, nesse caso, da condição urbana a que as populações citadinas fazem jus. Trata-se de considerar as peculiaridades desde a formulação de políticas. É disso que tratam Camila Parachini F. Borin e Eduardo Meireles no artigo *Políticas Públicas para Habitação Popular no Brasil: ciência ou ardil?* Para os autores, “as diferentes necessidades inerentes ao indivíduo, enquanto cidadãos, trabalhadores e usuários do espaço urbano por direito, precisam ser abrangidas na execução dos programas de moradia, [...] que sejam considerados na construção de políticas públicas habitacionais, em busca de moradias mais satisfatórias, iniciativas mais sustentáveis e de um espaço urbano mais igualitário”, particularmente no programa Minha Casa Minha Vida e nas condições das Habitações de Interesse Social. A problemática tratada pelos autores, no contexto de reflexões desse dossiê sobre interações entre o rural e o urbano, aciona, de imediato, o mesmo direito, quando se pensa a moradia para populações rurais nas mesmas condições de posicionamento socioeconômico.

O reconhecimento da condição relacional entre o rural e o urbano nos remete, ainda, para outro tipo de escala, aquela conectada pela própria natureza dada pelos cursos d’água. A discussão sobre a cidade sai de suas fronteiras e se expande por todo o município onde o rural configura todos os espaços que, no Brasil, não sejam sede de cidade ou de distrito. É, portanto, imperativo explicitar e considerar o rural quando a escala político-administrativa é o município, que, por sua vez, precisa considerar o outro município quando a escala é dada pela natureza das bacias hidrográficas. No artigo *O planejamento urbanístico e ambiental na bacia do rio Camboriú e Contígua: a interdependência entre dois municípios*, escrito por André Furlan Meirinho, Kelli Cristina Dacol e Valério Alécio Turnes, estão implicados os municípios de Camboriú e de Balneário Camboriú. Constatou-se “planejamento urbanístico e ambiental insatisfatório, tecnicamente desarticulado, frágil quanto aos processos de participação e controle social e sem atendimento ao princípio da intersetorialidade. O que reflete na dificuldade dos municípios em alcançar solução aos problemas que os são comuns”. Portanto, por serem interdependentes aos municípios, seus planejamentos também deveriam ser intersetoriais e intermunicipais, submetidos à configuração dos recursos naturais e considerando a escala regional. Os autores destacam a condição metropolitana da

Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí e seus temas comuns, como a mobilidade urbana. No contexto das reflexões deste dossiê, a intersetorialidade e intermunicipalidade se ampliam para a condição dos espaços e populações rurais, e, aqui, voltamos a reivindicar a ruralidade metropolitana às populações que resistem à simplificação do fenômeno da vida e à assimilação dos paradigmas urbanos e industriais como trajetória inexorável e homogeneizante da vida de mais de sete bilhões de pessoas no planeta.

Referências

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Ruralidade Metropolitana. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 211, p. 79-92, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Antología preparada por Mario Gaviria. Tradução Javier González-Pueyo. 4. ed. Barcelona: Ediciones península, 1978.

MOREIRA, Roberto José. Pensando o rural na modernidade e nos nossos tempos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 249-271, 2012.

RIBEIRO, Darci. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 31-44.